

**O NOVO ENSINO MÉDIO E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE GEOGRAFIA:
O OLHAR ESTUDANTIL A CERCA DA QUALIDADE.**

**THE NEW HIGH SCHOOL EDUCATION AND THE TRAINING OF GEOGRAPHY
TEACHERS: THE STUDENT PERSPECTIVE ON QUALITY.**

**LA NUEVA EDUCACIÓN MEDIA Y LA FORMACIÓN DE PROFESORES DE
GEOGRAFÍA: LA PERSPECTIVA ESTUDIANTIL SOBRE LA CALIDAD.**

Apresentação: Pôster

Nielson da Silva Bezerra¹; Cecília Maria Andrade Lima²

INTRODUÇÃO

O foco dessa pesquisa é a reforma do ensino médio e suas correlações com os embates políticos que vem ocorrendo na história recente de nosso país. Para tanto apresentamos um rápido resumo destes embates apontando a estreita relação entre projeto político e projeto educacional. Por fim apresentamos nossa proposta de pesquisa acerca do novo ensino médio.

Nosso estudo é do tipo qualitativo. A coleta de dados será através do estudo documental; entrevistas semiestruturadas e grupo focal. O sujeito de nossa pesquisa é o estudante que vive esse novo ensino médio.

Nossa hipótese inicial entende o Novo Ensino Médio-NEM como mais uma estratégia que visa a privatização do Ensino Público, por lado e a precarização da formação na Educação Básica, por outro.

O estudo das políticas educacionais e de suas materializações no ambiente escolar é essencial para a compreensão não só da própria Educação mas também das relações sociais que ocorrem no âmago de uma sociedade e de suas materializações políticas.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Os estudos pós-coloniais (como dizem os europeus), decoloniais (como dizem os latino-

¹ Mestre em Educação pela UFPE, Professor do IFPE - *Campus* Recife, nielsonbezerra@recife.ifpe.edu.br

² Licencianda em Geografia, IFPE - *Campus* Recife, cecilialima569@gmail.com

americanos) ou contra coloniais como disse Santos (2019), vêm apontando a histórica tentativa de perpetrar um etnocídio contra nossa diversidade cultural em favor de uma homogeneização “civilizatória” fundada no eurocentrismo. No campo educacional Saviani (2007) nos alertou que, da educação jesuítica ao nosso século, vivemos, em diferentes níveis, uma educação dual, ou seja, uma educação de qualidade para elite e outra educação ainda muito ruim para a maioria da população. Para Azevedo (2001, p.15) “(...) o tratamento da questão educacional tem sido sempre condicionado pelos valores autoritários que presidem as relações sociais brasileira e que se incrustam em nossa cultura desde os tempos coloniais.”

Em nossa história recente ainda somos assombrados pelos mesmos fantasmas de outrora, apesar dos avanços conquistados a duras penas. Tanto que o cenário político recente registra um golpe parlamentar-empresarial disfarçado de impeachment presidencial em 2016, que culminou com a chegada ao poder de um governo ilegítimo, neoliberal que, já em 2017, aprova em tempo recorde uma profunda mudança no Ensino Médio através da lei 13.415 de 16 de fevereiro de 2017. Sobre essa lei Cardozo e Lima (2018, p.134) apontam:

[...] essa contrarreforma está reforçando a dualidade estrutural do ensino médio e repetindo aviltamentos desde a Lei 5.692 de 1971, quando a profissionalização compulsória do antigo ensino de 2º grau impediu que os jovens das classes trabalhadoras tivessem acesso ao perfil formativo que lhes possibilitassem o ingresso no nível superior.

Na corrida presidencial seguinte o neoliberalismo aposta na extrema-direita como única forma viável de conter a volta ao poder da centro esquerda. Eleita a extrema-direita temos uma administração desastrosa do país, ataques sucessivos à democracia e a liberdade de imprensa. Vivenciamos ainda uma terrível pandemia com consequências nefastas. No campo educacional sucessivos ministros desfilam uma série de horrores que vão de ataques perversos à universidade pública até ministro que fingia ter doutorado...

Nesse cenário caótico setores privatista buscaram aprofundar a reforma do ensino médio através da ampliação de uma espécie de “terceirização” da educação pública disfarçada de apoio ao ensino. A reforma educacional privatista avança a partir da seguinte legislação aprovada: Base Nacional Comum Curricular (BNCC) – Parecer No 15, de 4 de dezembro de 2018 (BRASIL, 2018a) e Resolução N° 4, de 17 de dezembro de 2018 (BRASIL, 2018b). BNC Formação – Resolução No 2, de 20 de dezembro de 2019 (BRASIL, 2019). Sobre essa reforma Jakimiu (2023, p.10) afirma: “a reforma do Ensino Médio é o projeto do capital, é a reforma gerencialista da educação em articulação com o empresariado.”

Na atualidade, após uma eleição disputadíssima, temos a volta da centro-esquerda ao poder. Essa nova coalizão política, muita mais ao centro, equilibra-se numa difícil

governabilidade. Na educação, os movimentos sociais e a maior parte da academia disputam espaço com as fundações privadas na busca por um modelo de educação. Enquanto os primeiros defendem a revogação do Novo Ensino Médio as fundações que representam os interesses privados defendem sua manutenção. Os dois setores estão presentes no novo governo e a reforma da lei é discutida num legislativo conservador.

METODOLOGIA

Nosso estudo utiliza a abordagem qualitativa por compreender que a mesma possui como principal elemento “[...] sua atenção ao contexto; a experiência se perfila e tem lugar em contextos particulares, de maneira que os acontecimentos e fenômenos não podem ser compreendidos adequadamente se são separados daqueles. (SANDÍN, 2010, p. 129). Como metodologia de coleta de dados utilizaremos a pesquisa-ação apoiada no estudo documental; grupo focal e entrevista semiestruturada. Entendemos que a pesquisa-ação:

[...] está localizada na metodologia da pesquisa orientada à prática educacional. Nessa perspectiva, a finalidade essencial da pesquisa não é o acúmulo de conhecimentos sobre o ensino ou a compreensão da realidade, mas, fundamentalmente, contribuir com informações que orientem a tomada de decisões e os processos de mudança para a sua melhoria.” (SANDÍN, 2010, p. 167).

A primeira fase do estudo compreende o aprofundamento teórico da reforma do ensino médio e suas repercussões para educação básica brasileira. Para isso realizaremos um estudo documental e do arcabouço teórico acerca do tema. Também nesta fase iremos definir o EREM que será nossa parceira.

A segunda fase do estudo será promover debates acerca do NEM com a comunidade escolar do EREM parceiro.

Na terceira fase do estudo realizaremos um grupo focal com os estudantes da EREM parceira para debatermos o NEM, seus limites e possibilidades. Nesta fase realizaremos também uma entrevista semiestruturada com os estudantes da Licenciatura de Geografia que estão ou já tenham cursado o estágio supervisionado obrigatório, tendo entrado, portanto, em contato com o NEM. Nesta atividade buscaremos compreender o impacto no NEM no estágio supervisionado dos professorandos de Geografia.

A quarta e última fase será a sistematização dos dados através de relatórios analíticos e/ou artigo científico de modo paralelo à apresentação e discussão desses dados com a comunidade escolar da EREM parceira.

Compreendemos que esse conjunto de técnicas e ações metodológicas irá abarcar a

complexidade de nosso objeto de estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Como fica nítido até aqui, a educação e a política são indissociáveis, e ambas buscam formar um determinado modelo de ser humano. Na contemporaneidade ainda vivemos o racismo contra pessoas negras e indígenas. Vivenciamos também a homofobia contra a população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgênero, Queer, Intersexo, Assexuais e demais orientações que não se enquadram no padrão heteronormativo-LGBTQIA+ Sobre essas populações nossa sociedade ainda vacila, serão gente? A direita radical alia-se ao extremismo religiosa para eleger essas populações como principal alvo. A escola como uma instituição social massificada em nossa sociedade, vivencia essas disputas em seu espaço. Respeitar as diferenças ou impor a homogeneidade? Não há uma educação neutra, como nos lembra Freire (2021).

A formação de Professores não pode ficar de fora de nenhum debate que inclua currículo, afinal, serão os docentes que irão implementar esses currículos nas escolas. A formação de professores de Geografia, em particular, nos chama especial atenção. Primeiro porque, segundo Gonçalves (2023), esse componente curricular perdeu espaço no novo ensino médio. Segundo, porque “os conhecimentos ofertados pela Geografia são um poderoso instrumento de interpretação da realidade colocado a disposição dos estudantes.” (Gonçalves, 2023, p.6)

O presente estudo ainda está em andamento, razão porque os dados e sua análise está em andamento.

Diante desse complexo quadro nosso estudo busca responder as seguintes indagações: como tem se materializado esse novo ensino médio nas escolas públicas? Qual o olhar estudantil acerca dessa reforma até o presente momento? E os professorandos de Geografia, como enxergam essa reforma e a sua própria formação neste contexto?

Dado a natureza da pesquisa, assim como o atual estágio em que se encontra, os resultados aqui discutidos são introdutórios.

CONCLUSÕES

Estamos contribuindo com o necessário debate a cerca do Ensino Médio brasileira a partir do olhar dos estudantes, ente tão importante, mas pouco ouvido pelas políticas públicas.

A formação de professores não pode ficar à margem de um debate tão importante, a

Geografia tão pouco, já que a arena política é um espaço de enfrentamentos acerca da visão de mundo que irá ser defendida no seio da Educação formal.

Acreditamos ainda que nossa pesquisa irá contribuir com a aprimoramento da formação de professores de Geografia, considerando a pertinência e atualidade do tema em questão.

Consideramos ainda, que estaremos contribuindo com a melhoria da educação pública, gratuita e de qualidade.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. O Estado, a política educacional e a regulação do setor educação no Brasil: uma abordagem histórica. In FERREIRA, Naura Syria Carapeto; AGUIAR, Márcia Angela da S.(Orgs.). **Gestão da Educação**: impasses, perspectivas e compromissos. São Paulo: Cortez, 2001.

BRASIL. **Lei 13.415 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/lei/113415.htm Acesso em 07 de maio de 2024.

BRASIL. **Parecer No 15, de 4 de dezembro de 2018**. Instituição da Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio (BNCC-EM), 2018a. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_PAR_CNECPN152018.pdf?query=PLENA Acesso em: 31 maio 2024.

BRASIL. Resolução N° 4, de 17 de dezembro de 2018. Institui a Base Nacional Comum Curricular na Etapa do Ensino Médio (BNCC-EM), como etapa final da Educação Básica. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 242, p. 120, 18 dez. 2018b.

BRASIL. **Resolução No 2, de 20 de dezembro de 2019**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Brasília: Conselho Nacional de Educação; Conselho Pleno, 2019. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECPN22019.pdf Acesso em: 18 abr. 2024.

CARDOZO, Maria José Pires Barros ; LIMA, Francisca das Chagas Silva. A contrarreforma do Ensino Médio: retrocessos e intencionalidades. *Linguagens, Educação e Sociedade, Teresina, Ano 23, n. 38, jan./jul. 2018*. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/lingedusoc/article/view/7521> Acesso em junho de 2024.

GONÇALVES, Juliano Rosa. A Geografia Escolar e a Reorganização Curricular Provocada pela Reforma do Ensino Médio. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, Campinas, v. 13, n. 23, p. 05-20, jan./dez., 2023. Disponível em: <https://www.revistaedugeo.com.br/revistaedugeo/article/view/1153> Acesso em 24 de junho 2024.

PRINCIPAL, et al.

JAKIMIU, Vanessa Campos de Lara. Retrocessos do “Novo Ensino Médio”: uma década de lutas e resistências (2013-2023) **Revista de Estudos Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, v. 8, p. 1-23, 2023. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/retepe/article/view/21155> Acesso em 23 de junho 2024.

FREIRE, Paulo. **Política e educação**. 8ª. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2021.

SANDÍN, Maria da Paz Esteban. **Pesquisa Qualitativa em Educação: fundamentos e tradições**. Porto Alegre: AMG editora Ltda, 2010.

SANTOS, Antônio Bispo. **Colonização, Quilombos: modos e Significações**. Brasília: Editora AYÔ, 2019.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

